



**Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal
no Estado de Santa Catarina - SINTRAJUSC
11 de setembro de 2008**

Conquista da Carreira irá depender de mobilização



Seminário em Chapecó abriu programação do SINTRAJUSC

Dia da Carreira - Inscreva-se!

O Seminário Estadual sobre Carreira, Redução de Jornada de Trabalho e Saúde será realizado no dia 13 de setembro, sábado, das 8h30 às 18h, no auditório da Justiça Federal em Florianópolis.

Programação

8h30 – Assembléia Geral Extraordinária com a seguinte pauta: 1 - autorização para o uso do Fundo de Mobilização e Greve para fazer frente às despesas com os Seminários sobre Carreira; 2 - Eleição dos membros da Comissão Eleitoral para a Eleição no SINTRAJUSC

9h30 – Conferência “Adoecimentos e doenças do trabalho contemporâneo: o caso do trabalho e dos trabalhadores públicos, em especial do Judiciário”, com o médico Herval Pina Ribeiro, doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, seguida de debate

12h – Almoço

13h30 - Palestra com o assessor jurídico da Fenajufe Pedro Maurício Pitta

14h30 – Debate e sistematização da proposta de Santa Catarina sobre Carreira

O SINTRAJUSC realizou seis Seminários Regionais para atender a orientação da Fenajufe em relação ao Plano de Carreira.

A metodologia aplicada iniciou com a coleta e discussão de propostas, que contou com visitas a vários locais de trabalho no estado e debate sobre temas fundamentais como Cargos, Progressão Funcional, Promoção, Jornada de trabalho, Ascensão Funcional, Terceirização e FCs.

Os servidores do Judiciário também tiveram à disposição um questionário disponibilizado na página do Sindicato.

As respostas apresentadas fazem parte da primeira etapa, que mostrou ser a mais democrática e partici-

pativa possível. Agora caberá à categoria decidir quais sugestões farão parte da proposta de Santa Catarina para o futuro Plano de Carreira.

A Fenajufe realizou, nos dias 30 e 31 de agosto, Reunião Ampliada sobre Carreira e nela os sindicatos representados apresentaram várias idéias. Os 11 pontos considerados de consenso e os pontos remetidos para discussão com a categoria estão na **página 4** deste informativo.

A riqueza de sugestões apresentadas por nós, servidores de Santa Catarina, somada ao estudo dos pontos apresentados na Reunião Ampliada da FENAJUFE, nos qualifica para um debate que, por certo, resultará em mais uma grande conquista dos servidores do Judiciário Federal.



Seminários Regionais aprofundaram discussão



Acima, Seminários em Criciúma e em Lages; ao lado, Vânia Gonçalves, da Fasubra, que falou sobre a construção da proposta de carreira para os trabalhadores nas Universidades; abaixo, o médico Roberto Ruiz, que falou com os servidores sobre doenças do trabalho



Fotos de Rodrigues Viana e Míriam Santini de Abreu

Os seis Seminários Regionais realizados pelo SINTRAJUSC (Chapécó, Criciúma, Joinville, Blumenau, Lages e Florianópolis) desencadearam um processo que irá se enlaçar com a discussão nacional e, em 2009, mobilizar os servidores na ativa e aposentados do Judiciário Federal. A luta pelo Plano de Carreira coincide com o pagamento da última parcelas do PCS3 e representa um avanço fundamental em relação ao Plano conquistado depois da luta travada em 2006.

Nos Seminários, os servidores puderam aprofundar o conhecimento das limitações do PCS em relação à Carreira. A Carreira é o caminho para o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores. Ela diz como, quando e quanto o trabalhador poderá crescer e que passos precisa dar para isso. Ela cuida da vida funcional do momento do ingresso até a aposentadoria. Com relação a isso, uma das preocupações apontadas pelos servidores foi justamente a necessidade de garantir a paridade entre ativos e aposentados, luta histórica da Fenajufe.

A progressão funcional também apareceu com frequência nas conversas com os Coordenadores do SINTRAJUSC, principalmente com relação à adoção de critérios justos e objetivos para que ela aconteça. Outra proposta apresentada foi a descentralização dos cursos oferecidos pelos Tribunais e que, na maioria das vezes, ocorrem na Capital, com a elaboração de uma proposta que possa atingir o maior número possível de servidores.

Mas nada virá sem luta, como demonstrou a servidora federal Vânia Helena Gonçalves, do Grupo de Carreira da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra), que esteve no Seminário da Grande Florianópolis. Há cerca de 15 anos a Fasubra aprimora a proposta que construiu, de forma coletiva, para valorizar a atividade dos trabalhadores das universidades. Para conhecer detalhes da proposta e dos embates

com o governo, ouça entrevista com Vânia na RÁDIO SINTRAJUSC.

As ameaças de precarização do serviço público são concretas em uma série de projetos que tramitam no Congresso Nacional. Um deles é o PL 92/2007, que institui no serviço público as Fundações Estatais de Direito Privado. O projeto, proposto pelo governo federal, foi aprovado no início deste mês na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, e está prestes a ir a votação no Plenário da Casa.

Segundo o texto, áreas do serviço público vitais para a população, como saúde, educação, pesquisa, cultura, esporte, ciência e tecnologia, meio ambiente, previdência complementar, comunicação social, turismo e assistência social, passam a ser geridas por Fundações Estatais de Direito Privado. Assim, o poder público se exime da responsabilidade de manter instituições como hospitais, universidades, escolas, postos de saúde.

A maior prejudicada será a população trabalhadora, dependente de bons serviços públicos. Os futuros contratos de trabalho serão precários: regidos pela CLT, com salários e direitos reduzidos.

No Judiciário, dentro da discussão sobre atividade-meio e atividade-fim, já são concretas as experiências de terceirização em áreas como informática, transporte, segurança e limpeza. Nos Seminários os servidores demonstraram preocupação com a possibilidade de que tais experiências se disseminem, até porque fica a critério do governo e da Administração definir o que são atividades-meio e atividades fim.

Os efeitos negativos dos avanços tecnológicos e questões como a pressão por produtividade também estão mudando as relações de trabalho no Judiciário. O tema foi tratado, nos Seminários, pelo médico do trabalho Roberto Ruiz (leia mais no jornal *O Grito*). A complexidade desses assuntos irá exigir, até a definição da proposta de Carreira, disposição de luta de toda a categoria.



EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118 – sobreloja, sala 3 – Edifício Jorge Daux – CEP 88010-640 – Centro – Florianópolis/SC – Fone/FAX: (048)3222.4668 imprensa@sintrajusc.org.br - www.sintrajusc.org.br - Textos, edição e diagramação: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Ilustração: Mendes - Tiragem: 2.000 exemplares

“Pensar na Carreira é planejar o futuro”

Equiparação entre ativos e aposentados, crescimento profissional e diferenças de vencimento para desempenho das mesmas funções estão entre as preocupações de servidores do Judiciário



CRICIÚMA

Achei válida a iniciativa do Seminário, é uma maneira de valorizar o servidor público e estreitar a relação com o Sindicato. Sobre a Carreira, foi importante esse debate aberto sobre a diferença salarial entre o analista e o técnico, tendo em vista que, na prática, no trabalho, os dois acabam fazendo a mesma atividade com remuneração bem diferente.

Domingos Martins Marcelino, Justiça Federal

Agenda

Dia 12 de setembro - Encontro do Núcleo de Aposentados e Pensionistas do SINTRAJUSC em Florianópolis para discutir Carreira



CHAPECÓ

Minha avaliação do Seminário é positiva, até porque a gente precisa pensar a carreira agora para planejar o nosso futuro. O que não pode acontecer é o servidor entrar como técnico, por exemplo, e não ter perspectiva de evolução na carreira. Antes só havia idéias, agora estou mais esclarecido sobre o que precisamos fazer para construir o projeto de lei para ter o nosso Plano de Carreira.

Geraldo Tirelli, Justiça do Trabalho



CHAPECÓ

Eu achei bem proveitoso, tirei algumas dúvidas. O Seminário reafirmou aquilo que eu já pensava sobre o assunto. Ficou claro que os colegas avaliam da forma como eu avalio e a gente vai lutar pelo nosso Plano de Carreira.

Isabel Zych, Justiça Federal



JOINVILLE

É a discussão constante que vai aprimorar o Plano de Carreira. O último PCS aprovado ficou só um tabelão de valores, e não uma possibilidade efetiva de crescimento dentro da Carreira. Espero que os colegas participem dessa discussão porque o futuro do Plano de Carreira irá depender não só do Sindicato, como também de cada um que tiver a consciência dessa necessidade de se unir, de discutir e de apresentar suas idéias para que se tenha um plano efetivo para todos nós.

Edson dos Santos Caetano, Justiça Federal



BLUMENAU

O Seminário nos permitiu verificar o que levar para o local de trabalho em termos de propostas. Tivemos também a oportunidade de apresentar sugestões que serão levadas para a Fenajufe.

Edmilson Rosa, Justiça Federal



LAGES

Acho que foi uma idéia correta discutirmos antes com a categoria e ver o problema com um todo e aí sim tentar chegar a um projeto. O Seminário foi produtivo e esclarecedor, inclusive em relação aos projetos de lei que nos preocupam e estão em andamento. Com relação à carreira, avalio que uma das prioridades é que se mantenha a equiparação entre ativos e aposentados.

Deisimeri Souza Guimarães, Justiça Federal



CRICIÚMA

Está se iniciando uma nova e longa jornada a respeito da Carreira, especialmente no caso dos técnicos, em função de que os trabalhos em Secretaria são parecidos, tecnicamente iguais aos dos analistas. Acho produtivo que se comece um movimento em relação a esse assunto, e também sobre a diminuição da carga horária. Os temas tratados no Seminário nos ajudaram a refletir sobre o nosso futuro dentro da Justiça.

Luciana de Souza Cechinel Bez Batti, Justiça Federal

Fenajufe cria Grupo de Trabalho sobre Carreira

A Fenajufe fez reunião ampliada nos dias 30 e 31 de agosto, em Brasília, com cerca de 100 participantes. Um dos pontos de pauta foi a discussão sobre o Plano de Carreira dos servidores do Judiciário Federal. O resultado foi uma série de encaminhamentos com pontos que são consenso e pontos que devem ser discutidos com a categoria.

Na Reunião Ampliada, a partir da proposta da Diretoria Executiva da Fenajufe, foi criado o GT de Carreira da Fenajufe.

OS OBJETIVOS DO GT SÃO:

1. trabalhar em cima das propostas consideradas de consenso na Reunião Ampliada;
2. organizar e sistematizar as sugestões dos sindicatos;
4. participar das atividades sobre Carreira nos Estados, quando convidado;
5. elaborar a minuta de proposta sobre o Plano de Carreira.

Resoluções da Reunião Ampliada

A) PONTOS CONSENSUADOS NA REUNIÃO AMPLIADA

- 1) Conceituação de carreira, cargo e classe na lei;
- 2) Definir as atribuições dos cargos em lei para evitar o desvio de função e a terceirização;
- 3) Garantir que não haja terceirização nos cargos da carreira;
- 4) Definição de critérios objetivos e democráticos para as FCs e Cargos em Comissão;
- 5) Paridade entre ativos e aposentados;
- 6) Desvinculação dos cursos em relação aos cargos e FCs para concessão de adicional de qualificação;
- 7) Melhoria da remuneração;
- 8) Desenvolvimento na carreira;
- 9) Aumentos dos percentuais de adicional de qualificação;
- 10) Carreira única;
- 11) Quadro único para a mobilidade.

B) PONTOS REMETIDOS PARA DISCUSSÃO COM A CATEGORIA

B.1) Definição de critérios objetivos e democráticos para as FCs e Cargos em Comissão:

1.1 Redução/Extinção:

- a) Extinção das FCs de 1 a 4;
- b) Extinção das FCs;
- c) Manutenção apenas das funções FC1, FC2 e FC4 e CJs (Judiciário) e das funções FC1, FC2 e CC3 a CC7 (MPU);
- d) Redução dos números de FCs e Cargos em Comissão;
- e) Manter as funções e Cargos em Comissão congelados;
- f) Decréscimo gradativo das FCs e Cargos em Comissão.

1.2 Critérios de ocupação

- a) Ampliar o percentual de ocupação de FCs e cargos em comissão para servidores efetivos do quadro;
- b) Existir apenas FCs de cargos de coordenação;
- c) 100% para servidores efetivos;
- d) Garantir o máximo de percentual das CJs (Judiciário) e CCs (MPU) para servidores do quadro (80% mínimo). Critérios: Prova escrita (peso 50%); Tempo de serviço (peso 50%) e Mandato definido (2 anos);
- e) Ocupação por Gestão por competência (conhecimentos, habilidades e atitudes);
- f) Ocupação de funções por um processo seletivo simplificado;
- g) Eleição para cargos de direção e chefias;
- h) Lista triplíce para ocupação de cargo de diretor geral.

1.3 Atualização de quintos incorporados

B.2) Jornada de Trabalho de 30 horas sem redução de salários e benefícios

- a) Inclusão no Plano de Carreira ou encaminhar a luta separadamente

B.3) Formação

- a) Criação de uma Escola de Formação no Judiciário Federal e MPU com a participação de membros e servidores, além de representantes das entidades sindicais para criar políticas de formação para os servidores;
- b) Sistema de formação custeado pela união;
- c) Discutir a reestruturação das escolas existentes;
- d) Trabalhar com a ENAP e outras escolas de governos nacionais e internacionais;
- e) Aumentos dos percentuais de AQ: ações de treinamento (até 9%), graduação (até 10%), especialização (12%), mestrado (20%), doutorado (30%), segunda graduação (+10%).

B.4) Adicionais, gratificações e licenças:

- a) criação do adicional por desempenho periódico a cada 5 anos;
- b) anuênio;
- c) licença-prêmio;
- d) gratificação de atividades cartorárias;
- e) gratificações em cima do maior vencimento do cargo;
- f) mudança para Gratificação Judiciária e Ministerial.

B.5) Desenvolvimento na carreira:

5.1 Ascensão funcional

- a) Critérios para habilitação: antiguidade (5 anos) e formação na classe correspondente; para classificação: prova escrita (90% de peso) e prova de títulos (10%) e para desempate: antiguidade, prova escrita e prova de título;
- b) Ascensão funcional por tempo de serviço;
- c) Concurso externo com reserva de vagas ou concurso interno com prova objetiva.

5.2 Cargo único;

5.3 Mudança na nomenclatura dos cargos e nos requisitos para ingresso;

5.4 Definição de áreas de atividade;

5.5 Progressão

- a) Progressão vertical (por tempo de serviço) e horizontal (por formação) conjunta (interstício de um ano), sendo o critério para progressão horizontal 45 horas de cursos anuais promovidos pela administração, em caráter obrigatório;

- b) Progressão vertical (por tempo de serviço) e horizontal (por formação) conjunta (interstício de dois anos alternados). Critério para progressão horizontal: 120 horas de cursos anuais promovidos pela administração, em caráter obrigatório;

- c) Tempo de progressão na carreira: 10 anos, 15 anos ou 30 anos.

5.6 Carreira em Y;

5.7 Avaliação de desempenho com critérios objetivos.

B.6) Remuneração:

- a) Padrões: 10, 15, 16 ou 30;
- b) Discussão de subsídio;
- c) Referência financeira: tabelas de outras carreiras;
- d) Intercessão dos cargos.

B.7) Quadro único para unificação dos direitos

FONTE: FENAJUFE